

ACUMULAÇÃO PRIMITIVA, “MODOS DE PRODUÇÃO” E A FORMAÇÃO DO MUNDO MODERNO ATRAVÉS DA AMÉRICA LATINA. UMA BREVE REFLEXÃO FEMINISTA, DECOLONIAL E LATINOAMERICANISTA¹

*Acumulación originaria, “modos de producción” y la formación del
mundo moderno a través de América Latina. Una breve reflexión en clave
feminista, decolonial y latinoamericanista*

Fabiana Rivas MONJE
Universidad de La Frontera
fabiana.rivas.monje@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-1499-0872>

Tradução de Emanuelli Aparecida Rosário de OLIVEIRA
Universidade Federal do Paraná
emanuelli.oliveiraufpr@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-9571-656>

RESUMO: Diversos e interessantes são os debates que surgiram em torno dos conceitos de acumulação primitiva, modos de produção e modernidade no nosso continente. No entanto, geralmente estas discussões ficaram limitadas ao economicismo e à visão teológica do tempo e da história, assim como em concepções eurocentristas e androcêntricas, que continuam dominando a construção do conhecimento nas universidades latino-americanas. Sendo assim, no seguinte artigo pretendo abordar e ler estas três questões fundamentais, porém, observando-as de maneira crítica desde um caminho que, por um lado, conservou certa “subalternidade” teórica às universidades regionais, e por outro, provavelmente estas questões não foram profundamente problematizadas, considerando a perspectiva que se procura construir. Meu objetivo é contribuir com uma leitura que se sustente na não fragmentação de dimensões de opressão como a de classe, gênero e raça, geralmente observadas desde a categorização eurocêntrica que não procura e nem

¹ Publicação original: MONJE, Fabiana Rivas. Acumulación originaria, “modos de producción” y la formación del mundo moderno a través de América Latina. Una breve reflexión en clave feminista, decolonial y latinoamericanista. *E-I@tina*. Revista electrónica de estudios latinoamericanos, v. 18, n. 69, p. 1-14. Disponível em: <<https://publicaciones.sociales.uba.ar/index.php/elatina/article/view/4692>>.



consegue assumir sua articulação inseparável na experiência social vivida, produto de múltiplos e simultâneos sistemas de dominação. Para tal, situo uma presente -e breve-, análise partindo das contribuições latino-americanas da decolonidade e do feminismo decolonial. **PALAVRAS-CHAVE:** Acumulação primária; América Latina; Feminismo decolonial; Modernidade/colonialidade; Modos de produção.

RESUMEN: Variados e interesantes son los debates que se han generado en torno a los conceptos de acumulación originaria, modos de producción y modernidad en nuestro continente. Sin embargo, en general estas discusiones han quedado enmarcadas en las paredes del economismo y la visión teleológica del tiempo y de la historia, así como en concepciones eurocentristas y androcéntricas, que continúan dominando la construcción de conocimiento en las academias latinoamericanas. Ergo, en el siguiente escrito pretendo abordar y leer estas tres cuestiones fundamentales, pero observándolas en clave crítica desde una vereda que, por un lado, ha permanecido en una cierta “subalternidad” teórica en la academia regional, y por otro, tal vez no ha problematizado en profundo estas cuestiones desde la mirada que procura construir. Mi objetivo es aportar una lectura que se sustente en la no fragmentación de dimensiones de opresión como la clase, género y raza, generalmente observadas desde la categorización eurocéntrica que no busca ni logra develar su articulación inseparable en la experiencia social vivida, producto de los sistemas de dominación múltiples y simultáneos. Para esto, sitúo el presente -y breve-, análisis desde las aportaciones latinoamericanas de la decolonialidad y el feminismo decolonial. **PALABRAS-CLAVE:** acumulación originaria; América Latina; feminismo decolonial; modernidad/colonialidad; modos de producción.

A América financiou o desenvolvimento da Europa com nossa prata e
nosso ouro.

*A Bolívia financiou o Renascimento, com suas riquezas e
milhões de indígenas mortos*

*A América não teve defesas, contra os saques e a pólvora.
Sob as novas leis da Europa, ao invasor pertencem as terras.*²

² “América Sí” – Evelyn Cornejo. Cantora e compositora, da região de Maule, Chile. Música completa: <https://www.youtube.com/watch?v=cAEaftiACe0>

A TÍTULO INTRODUTÓRIO

Diversos e profundos debates, reflexões e produções teórico-políticas surgiram em torno aos conceitos de acumulação primária, modos de produção e modernidade na América latina. Neste artigo³, pretendo abordar essas três questões fundamentais, porém, observando-as de maneira crítica, por um caminho que, por um lado, permaneceu em uma certa “subalternidade” teórica na academia latino-americana⁴, e, por outro, talvez não tenha problematizado profundamente as questões da perspectiva que procura construir. Desse modo, meu objetivo é contribuir com uma leitura que se sustenta na não fragmentação das dimensões de opressão, tais como classe, gênero e raça, geralmente observadas através de uma categorização eurocêntrica que não procura e nem consegue se desvencilhar de sua inseparável articulação com a experiência social vivida, produto dos múltiplos e simultâneos sistemas de dominação como o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado. Para tal, situo a presente -e breve-, análise a partir das contribuições latino-americanas da decolonidade e do feminismo decolonial.

O sistema dominante sobrevive e se reproduz criando diferenças e hierarquias dentro do grupo social das/os oprimidas/os. Desde a acumulação primária, o capitalismo se sustentou na desvalorização e apropriação de africanos escravizados⁵, indígenas e mulheres para alcançar sua exploração total, a escravidão, a colonização e a refuncionalização/raiz patriarcal. Foram concedidos privilégios aos brancos e aos homens criando hierarquias que colocam as/os subalternas/os em distintas posições de penalidade e privilégio, geralmente observadas a partir da sobreposição de algumas dimensões de opressão. Nos feminismos hegemônicos do norte global, o foco tem sido a categoria de gênero e a construção universal da “sujeita mulher”, assim como

³ Este texto é fruto das reflexões provocadas pelo trabalho realizado para o seminário “América Latina en la formación del mundo moderno” (2018) ministrado pelo Dr. Waldo Ansaldi, para o Mestrado de Estudos Sociais Latino-americanos da Universidade de Buenos Aires.

⁴ Com “certa” subalternidade nas universidades, pretendo dizer que, embora nos últimos tempos apesar de terem se tornado mais frequentes os e as teóricas que transitam até este caminho de pensamento e criam sua pesquisa a partir dele, assim como começam a criar espaços de intercâmbio e divulgação acadêmica e ofertas formativas sobre a teoria decolonial e o feminismo decolonial, não é possível dizer que é a perspectiva hegemônica ou dominante na academia latino-americana. Situação diferente, -ainda que relacionada, mas não objeto de análise do presente estudo-, ocorre com os estudos pós-coloniais originados na Ásia, África e Estados Unidos, que junto aos estudos subalternos, constituem-se como base do pensamento crítico latino-americano. Meu propósito em outro trabalho seria debater profundamente tal questão.

⁵ Apropriação e exploração que não se concentraram somente na mão de obra humana, mas também na apropriação/exploração territorial, pois, atingiram a natureza, a sua riqueza e suas espécies.

as leituras marxistas e seus derivados observaram a luta de classe⁶. A raça, sempre em desvantagem em comparação a estas grandes categorias, apareceu principalmente em análises desenvolvidas por sujeitas e sujeitos racializados/as, indício da negação da raça como eixo, sendo que nas sociedades latino-americanas o racismo como eixo de opressão é o elemento constitutivo que perpassa as hierarquias de gênero e de classe (CARNEIRO, 2001). Dessa forma, é correto afirmar que, observando a raiz originária dessas dominações inseparáveis conseguiremos entender sua lógica, e procurar estratégias de luta para um futuro comum.

Algumas interrogações que tecem a trama de indignação em torno a estes temas são: “Por que depois de cinco séculos de dominação do capital, e de dominação eurocentrada ainda há trabalhadores e trabalhadoras massivamente definidos, e excluídos, como pobres, índias/os, negras/os?”, “Como se relaciona a expropriação, empobrecimento e exclusão capitalista com a permanente opressão múltipla sobre as mulheres?”, “Que contribuições pode nos entregar uma leitura do desdobramento capitalista-colonial-moderno-patriarcal do ponto de vista decolonial, e feminista para ler estes processos de longa data?”. Em linhas gerais, o seguinte texto se articula em três momentos: acumulação primária, o debate sobre os modos de produção, e finalmente sobre a modernidade na América Latina.

O PAPEL DA AMÉRICA LATINA NO PROCESSO DE ACUMULAÇÃO PRIMÁRIA DO CAPITALISMO: EUROCENTRISMO E ANDROCENTRISMO?

A chamada acumulação primária não é, pois, mais que o processo histórico de dissociação entre o produtor e os meios de produção. Chama-se “primária” porque forma a pré-história do capital e do regime capitalista de produção (MARX)

Dentro da concisa menção de Marx sobre o papel da América Latina no processo de acumulação primária ou primitiva, é possível levantar uma série de questões essenciais para provocar uma análise um pouco mais profunda, em vista das pretensões do presente

⁶ Deixo claro que não é a pretensão nem o objetivo do presente texto analisar exaustivamente os profundos e extensos debates sobre o marxismo na América Latina, nem as prolíferas contribuições que as/os teóricas/os marxistas latino-americanas/os deram historicamente. A intenção é problematizar os três eixos mencionados. No entanto, adscervo a leitura decolonial bem expressada por Walter D. Mignolo (2009) de que Marx é fundamental para entender o capitalismo, assim como são Keynes e Friedman, porém não podemos privilegiar nenhum deles como a única maneira de entender a realidade, pois se para o marxismo o problema é o capitalismo, para a opção decolonial é a matriz colonial do poder, da qual a economia é uma das esferas.

trabalho. No canônico parágrafo do capítulo XXIV (GRÜNER, 2014), Marx identifica: o descobrimento de depósitos de prata e ouro no território latino-americano, o extermínio, a escravidão e o confinamento nas minas da população indígena, a conquista e o saque das Índias Orientais e a transformação da África em um lote reservado para a caça de africanos escravizados, como elementos que fundam os primórdios da era de produção capitalista, ou melhor dizendo, como fatores fundamentais para a acumulação primária. Em outras palavras, para Marx, a colonização e a escravidão na América Latina são, dentro de tantos outros, fatores fundamentais da acumulação primária para o consequente desenvolvimento capitalista na Europa. Será uma quebra paradigmática a essa leitura as contribuições da Colonialidade do Poder de Aníbal Quijano e sua influência, abordados posteriormente.

Ainda que Marx não tenha examinado profundamente a América Latina, nem a colonização/colonialidade e os saques -de países latino-americanos-, dentro da sua obra, e que grande parte de seu trabalho se encontre marcado pelo eurocentrismo, para autores e autoras latino-americanas seus escritos continuam sendo fundamentais para analisar o continente, e o capítulo XXIV do livro *O Capital* continua sendo revisitado por pesquisadores/as e pensadores/as críticos/as de diferentes disciplinas e latitudes como material fundamental para analisar e refletir em torno do caráter dos processos de formação do capitalismo. Foram numerosos os e as latino-americanas/os que recorreram à essa pesquisa atrás de pistas da história que formou nosso presente, gerando uma série de debates que continuam sendo revisados até hoje.

Eduardo Grüner (2010, 2014, 2015) foi um dos teóricos do continente que cuidadosamente analisou a obra de Marx no papel fundamental da América Latina para o processo de acumulação, e, especificamente, o papel da escravidão. O autor defende que a exploração da força de trabalho escrava e semi-escrava na América Latina é decisiva para o processo de acumulação primária, uma vez que esta já forma parte do capitalismo: a colonização e a exploração são parte da “base econômica” da modernidade, como “causas internas” do desenvolvimento europeu (GRÜNER, 2010). Dessa forma, não se pode afirmar que o capitalismo tenha sido um fenômeno de “exportação” do centro à periferia, mas que a periferia (na sua transmutação em periferia como tal) foi, desde o princípio, essencial para a própria construção do capitalismo a nível mundial. Neste mesmo sentido, Sergio Bagú (1952) também postula a escravidão e tráfico de africanos escravizados como um dos métodos de acumulação primária de capital (como componente claramente capitalista da economia colonial), além do dízimo e das doações da igreja católica. Aníbal Quijano (1988), por outro lado, alega que a América Latina esteve na base da acumulação primária do capital e que a conquista foi o primeiro momento de

formação do mercado mundial, como contexto real do qual emerge o capitalismo e sua lógica mundial, fundamento para a modernidade europeia (tema abordado mais adiante).

Outros autores como Paz y Miño Cepeda (2018) identifica o capítulo XXIV como um texto exemplar para compreender os motivos da existência de algumas elites ricas em contraste com a maioria social, discorre que, embora Marx tenha assumido a Inglaterra como exemplo, no que se refere a acumulação primária na América Latina, realiza a precisão histórica de que esse processo é distinto em cada país e contexto. Propõe, ademais, que o estudo da acumulação primária deve ser compreendido através da perspectiva marxista do capitalismo e que, seguindo sua proposta teórica, a América Latina passou a fazer parte da era capitalista no século XVI, com a conquista e a colonização, não antes. Enquanto isso, na Europa, ele decolou com o mercantilismo. Desse modo, pode-se dizer então que essas são duas caras da mesma moeda e o momento decisivo da acumulação primária. Contudo, não se aprofunda no papel decisivo da exploração indígena e escravagista, e menos ainda no papel das mulheres nesses processos (ausência nitidamente evidente na maior parte dos teóricos homens que abordam a problemática).

Registro aqui a perspectiva de que o racismo surge como marco fundador da conquista da América Latina, para organizar, legitimar, classificar, e explorar as pessoas como massa trabalhadora disponível e incorporada à primeira divisão do trabalho que tornaria possível a acumulação primária do capital. Em outras palavras, a conquista criou as bases da acumulação primária de capital sob o regime mercantil colonial a partir da divisão do trabalho, racial e étnica, fundada na América Latina. Assim, o pecado constitutivo da acumulação primária não estaria localizado temporalmente e nem espacialmente na Europa, nem na Inglaterra analisada por Marx, mas nas terras conquistadas a sangue e saqueadas pelos europeus a partir de 1492 até hoje (BAUTISTA, 2018). Portanto, ao observar a história do capital e do capitalismo através de uma visão moderna-ocidental, seguindo o mesmo autor, comprovamos que antes de 1492 a Europa não contava nem com as mais ínfimas condições para impulsionar um limitado crescimento econômico, pelo que caberia então questionar de maneira retórica: Como foi possível, em pouco mais de dois séculos, que tenha se convertido no centro da economia mundial?

Portanto, no capítulo XXIV de Marx pouco ou quase nada se reconhece do papel fundamental da América Latina na acumulação primária. Logo, autores latino-americanos que revisitam seus princípios, como Bagú, Güner, Quijano e outros/as decoloniais, identificam a importância substancial da escravidão e semiescravidão de africanos e indígenas neste processo, e assim, a constituição da raça no evento reorganizador da conquista, como o mais eficiente instrumento de classificação e subjugação humana. É possível observar a presença de análises que se atentam às dimensões de classe e raça, no

entanto, há uma ausência nessas leituras que se manifesta como demanda, e questionar-se se a dimensão de sexo/gênero não assume nenhum lugar nesses processos. Em outras palavras, questionar-se então, se por acaso as mulheres não tiveram um papel neste desenvolvimento, com o objetivo de poder revelar -ainda que no presente trabalho de maneira sucinta-, este apagamento do acervo teórico dedicado a analisar estas questões, e poder realizar uma reflexão a respeito de como esses processos exigem uma releitura que amplie a perspectiva hegemônica.

Com este objetivo surgiram algumas análises críticas nos anos 70, partindo do feminismo socialista e radical no norte global, que buscava encontrar as causas da dominação das mulheres e apresentar sua história na transição do feudalismo ao capitalismo. Destacam-se Mariarosa Dalla Costa, Selma James⁷ e Silvia Federici. Sendo que esta última publicou uma obra fundamental, *Calibã e a bruxa. Mulheres, corpo, e acumulação primitiva* (2017), na qual se propõe repensar o desenvolvimento do capitalismo através de uma perspectiva feminista que evite as limitações de uma “história das mulheres”, separada do setor masculino da classe trabalhadora.

Federici (2010) argumenta que Marx analisa a acumulação primária desde o ponto de vista do proletariado assalariado do sexo masculino e o desenvolvimento da produção de mercadorias, enquanto que a perspectiva que a autora apresenta se concentra nas mudanças que se estabelece na posição social das mulheres e na produção de força de trabalho. Sua análise de acumulação primária inclui uma sequência de fenômenos ausentes em Marx e que, segundo ela, são essenciais. A saber: i) o desenvolvimento de uma nova divisão sexual do trabalho que submete ao feminino e a função reprodutiva das mulheres à reprodução da força de trabalho, ii) a construção de uma nova ordem patriarcal⁸ sustentada na exclusão das mulheres do trabalho assalariado e sua subordinação

⁷ Contra a ortodoxia marxista, que explicava a “opressão” e a subordinação aos homens como resíduo das relações feudais, Dalla Costa e James defenderam a tese de que a exploração das mulheres havia cumprido uma função não só fundamental, mas central, no processo da acumulação capitalista, na medida em que foram as produtoras e reprodutoras da mercadoria capitalista mais essencial: a força de trabalho (FEDERICI, 2010).

⁸ A este respeito, e com olhar atento ao território latino-americano e à colonização, são interessantes as análises sobre o patriarcado e sua existência prévia à Conquista. O cruzamento entre o patriarcado pré-colonial e o ocidental a partir do feminismo comunitário, especialmente em Julieta Paredes e Lorena Cabnal. E o patriarcado comunitário de baixa intensidade e o patriarcado colonial moderno de alta intensidade em Rita Segato. Assim como a conceitualização de María Lugones (2008) a respeito do que ela denomina como Sistema moderno colonial de gênero, através do qual se manifesta como o gênero sendo uma construção reservada somente para aqueles/as dotados/as de humanidade (homem branco europeu e mulher branca europeia a serviço da reprodução), enquanto os/as habitantes originários da América Latina são reduzidos à bestialidade, não havia gênero, mas um dimorfismo sexual.

aos homens, iii) a mecanização do corpo proletário e a transformação das mulheres em uma máquina de produção de novos trabalhadores. A esses aspectos, situa como centro da sua análise a caça às bruxas⁹ dos séculos XVI e XVII, dado que essa perseguição na Europa e no Novo Mundo foi tão importante para a acumulação primária do capitalismo quanto a colonização e a expropriação do camponês europeu de suas terras.

Sob outra perspectiva, Silvia Federici argumenta que, se o capitalismo conseguiu se reproduzir é devido a estrutura de desigualdades que foi construída no corpo do proletariado mundial e sua capacidade intrínseca de globalizar a exploração, processo que continua se desenvolvendo durante os últimos 500 anos,

(...) o capitalismo, enquanto sistema econômico-social, está necessariamente vinculado ao racismo e ao sexismo. O capitalismo deve justificar e mistificar as contradições cravadas nas suas relações sociais (...) desprezando a “natureza” daqueles a quem explora: mulheres, súditos coloniais, descendentes de escravos africanos, e imigrantes deslocados pela globalização (FEDERICI, 2010, p.31).

Esta nova concepção a respeito dos processos de acumulação e desenvolvimento capitalista questiona as marcas eurocêntricas e androcêntricas hegemônicas na teoria crítica, como nas análises de Marx, Paz e Miño Cepeda, e uma série de autores homens dedicados a estes campos. Federici contribui com uma perspectiva essencial para incluir as mulheres como sujeitas fundamentais e sua subordinação como eixo-base para o desenvolvimento do capitalismo, sanando a infame invisibilização histórica e abrindo uma série de possibilidades reflexivas, críticas e políticas desde um posicionamento feminista. Esse ponto de vista identifica não somente o patriarcado e o capitalismo, mas também a relevância do racismo na dominação, e o papel da conquista do Novo Mundo, concedendo aberturas desde seu lugar de enunciação que permitiriam fortalecer suas abordagens a partir de perspectivas latino-americanas situadas, observando toda a articulação da dominação colonialismo-capitalismo-patriarcado desde uma origem (por que não?) feminista e decolonial.

⁹ Com respeito ao presente texto, não poderia aprofundar nesse aspecto, mas concordo com a autora sobre o papel fundamental que a caça e a perseguição de mulheres tem para os processos histórico-sociais em distintos níveis.

AMÉRICA LATINA FEUDALISTA OU CAPITALISTA? OUTRO DEBATE ANCORADO NA CATEGORIZAÇÃO DO PENSAMENTO EUROCÊNTRICO

Desde Marx, analisar a origem do capitalismo foi uma temática recorrente entre cientistas e ativistas que buscam alternativas para a sociedade capitalista, e, para isso, a análise da formação/transição ao capitalismo emerge como fundamental em muitos debates e trabalhos acadêmicos. Entre esses debates, destaca-se o desenvolvido nas décadas de sessenta e setenta entre alguns teóricos latino-americanos a respeito do lugar da América Latina na conquista, e se esta caberia dentro da categorização feudalista ou capitalista. Esse debate teve seu ponto alto nas décadas mencionadas, no qual participou um conjunto de teóricos notáveis. Debate que, de acordo com Agustín Cueva (1975), enriqueceu as ciências sociais, ainda que para colocá-las em tensão, transformando o pensamento crítico latino-americano. Dessas transformações o conceito de “modo de produção” passou a ser “formação econômica-social”¹⁰, e como menciona Tzeiman (2013), essa passagem pode ser lida como uma cristalização das preocupações teóricas dos pensadores marxistas da região e expressão de uma mudança de época no pensamento e situação política das esquerdas latino-americanas. Desse debate, sairão supostamente, as premissas para ações políticas devido ao contexto no qual se suscitou, um momento marcado pela guerra fria e uma crise marxista mundial.

Dada à vasta produção teórica desenvolvida a respeito na época, gostaria de mencionar brevemente algumas questões que possibilitam guiar as reflexões com as quais pretendo contribuir.

Para mencionar alguns autores e suas posições: Sergio Bagú (1952), qualifica o regime econômico da América Latina no processo da colonização como um “capitalismo colonial”, ou seja, um capitalismo no qual coexistem elementos feudais, e não um sistema feudalista, dado que a estruturação da economia latino-americana ocorreu sob os preceitos do capitalismo. Alexis Guardia (1978), discorre sobre a implicação do uso de categorias históricas do “feudalismo” e do “capitalismo”, e como é fundamental revisá-las antes de situar a etapa colonial com precisão em uma delas, manifesta assim, que não se pode caracterizar a economia colonial latino-americana como capitalista, em primeiro lugar porque não houve formação de mercado interno e nem uma massa de força de trabalho assalariada e livre, embora a América Latina tenha feito parte do processo de constituição

¹⁰ Como amplo conceito em oposição à abstração (modo de produção), posto que na América Latina há diversas proliferações de relações, formas e modos de produção (fala do Dr. Waldo Ansaldi na disciplina “América Latina en la formación del mundo moderno”, 1º quadrimestre de 2018. Mestrado em Estudos Sociais Latino-americanos).

capitalista europeu. Por outro lado, Agustín Cueva (1975), defende que existiram situações mistas e transicionais, que não impedem o uso de categorias de análises como “feudalismo” e “capitalismo”, que historicamente existiram modos de produção feudal no continente e que é impossível compreender as vias de implementação do capitalismo e as formações sociais atuais desta região, como produto de estruturas completas e contraditórias, sem entender a luta de classes em tais processos. Manfred Kossok (1989), sustentou que o atraso do continente era produto do desenvolvimento da metrópole, pois a conquista conseguiu incorporar as colônias à esfera capitalista colocando-as em uma situação de dependência colonial. Também contribuiu com o questionamento do uso das categorias “feudalismo” e “capitalismo”. Suas abordagens se afastam dos demais autores no sentido de que não somente realizou questionamentos a nível teórico, mas também incorporou notáveis estudos de caso empíricos (CHUST, 2017).

Provavelmente o debate mais polêmico e visitado do período foi o protagonizado por Rodolfo Puiggrós (1964) e André Gunder Frank¹¹ (1965), publicado em “El Gallo Ilustrado”. O primeiro, considera as condições existentes na época, como a conquista e as características dos modos de produção capitalista e feudal, sustentando o ponto de vista de que a América Latina era semifeudal, com um feudalismo em declínio transplantado pela conquista. Enquanto para o segundo, criticando esses postulados, a América Latina se inseriu no capitalismo como sistema econômico mundial desde a conquista, devido ao papel que esta cumpria em seu sistema mundial único, no qual o colonialismo explicava o desenvolvimento desigual e o subdesenvolvimento capitalista.

Segundo Osorio (2008), esse debate era um diálogo de surdos que derivava de olhar separadamente um e outro aspecto, um todo chamado sistema-mundo ou a parte, a América Latina, e não a relação presente entre eles. O problema residia em encontrar um ponto de vista que integrasse ambas perspectivas, como uma forma original e particular de organização capitalista. Pode-se acrescentar que, apesar de serem em sua maioria pensadores marxistas, suas posições não foram pensadas em termos marxistas, revelando uma falta de dialética na discussão. Neste mesmo sentido, não podemos analisar nossas sociedades latino-americanas se não levarmos em consideração que nossa dialética

¹¹ Os postulados de Frank receberam uma série de objeções de outros teóricos latino-americanos, parcialmente reunidas pelo grupo “Passado e Presente” durante os anos sessenta, em *Modos de producción en América Latina*, de Sempat Assadourian, Santana Cardoso, Ciafardini, Caravaglia e Laclau (1973).

constituente foi destruída com a invasão colonial e transformada em termos de dominação e dependência, instalando-se uma dialética constitutiva.¹²

Em contrapartida, apesar do fato de que vários dos autores protagonistas do debate consideraram em seu momento a problematização a respeito do uso das categorias “feudalismo” e “capitalismo” e sua simples transferência para as realidades latino-americanas, pode-se argumentar que tais questionamentos infelizmente continuaram presos ao pensamento eurocêntrico e teleológico, e foram reféns constantes da colonialidade do saber, sem conseguir contribuir com perspectivas não fragmentadas e situadas para ler e interpretar a longa dominação eurocentrada sobre a América Latina colonial, capitalista e patriarcal, e sua complexidade intrínseca. Esse debate se encontrou primordialmente em uma olhar economicista e em uma linearidade sobre o tempo histórico¹³ e as formas de trabalho, dentre as quais algumas denominadas pré-capitalistas quando, de acordo com Grosfoguel (2008), na realidade sempre coexistiram, na periferia colonial, acumulação de capital atrelada à escala mundial.

Dentro do mencionado debate não se consegue, -nem se pretende, talvez-, vislumbrar os fundamentais cruzamentos de opressão gerados além da classe, como a raça/etnia, gênero, sexualidade. Como é sabido, a discussão tinha motivações políticas demarcadas pelas fronteiras e influências do marxismo: por um lado, se a herança colonial era feudal, restava a etapa democrática-burguesa (aliança entre forças revolucionárias e burguesias nacionais subordinadas), enquanto que, por outro, se a colonização já era capitalista, se podia passar para a estratégia da revolução socialista. Quijano (2000) aponta que uma revolução anti-feudal, ou seja, democrática-burguesa no sentido eurocêntrico, sempre foi uma impossibilidade histórica, uma vez que as únicas revoluções ocorridas no continente, México e Bolívia, foram revoluções populares, nacionalistas-anti-imperialistas, anti-oligárquicas e anti-coloniais, isto é, contra a colonialidade do poder.

As “soluções” para o “problema” da América Latina são predominantemente observadas e procuradas no campo econômico, sem conseguir se observar no marco fundador da conquista o que significa para a configuração da história mundial a colonização. Assim, a discussão latino-americana a respeito do “feudalismo” versus “capitalismo”, se

¹² Fala do Dr. Waldo Ansaldi, na disciplina “América Latina en la Formación del Mundo Moderno”, 1º quadrimestre de 2018. Mestrado em Estudos Sociais Latino-americanos.

¹³ Com isso, não se pretende definir simplesmente o marxismo como um modelo teórico caracterizado unicamente pelo economicismo e a visão teleológica da história, mas indicar a atitude predominante do debate latino-americano em questão. Extensas e prolíferas foram as contribuições e os debates do marxismo na história latino-americana e seu estudo excede amplamente as pretensões do presente texto. Uma interessante análise a respeito do pensamento decolonial e o marxismo pode ser encontrada em Mignolo (2006).

restringe à esfera econômica da dominação do capitalismo e não considera minimamente a articulação inseparável do colonialismo e do patriarcado.

A modernidade é esta ‘totalidade’ *dividida*, constitutivamente em conflito, em pedaços, e não somente uma *parte* que passa por ser um tipo de esfera harmônica pré-constituída e fechada sobre si mesma, da qual a outra parte, a ‘alteridade’ estranha, deve ‘aprender’ (GRÜNER, 2010, p.81).

A leitura euro-andro-cêntrica da modernidade como o futuro do colonialismo, ou deste como seu passado; a visão teleológica e eurocêntrica da história que observa o colonialismo como um fenômeno meramente aditivo, mas não constitutivo da modernidade (CASTRO-GÓMEZ, 2005) e as tendências históricas de concepção evolucionista, de analisar e observar em linha reta o colonialismo como um passo inicial para o surgimento do projeto modernizador do progresso, prevaleceram em diversos círculos, disciplinas e espaços, mas também foram visões fortemente criticadas por outros lugares de enunciação - inclusive antes e excedendo os debates pós-modernos - posições que problematizaram em diferentes críticas à noção unilateral e linear do progresso:

“Somente das ruínas da totalidade há de surgir a possibilidade da filosofia latino-americana” (DUSSEL, 1995, p.111, apud LANDER, 2000, p. 44). Este muro que é necessário demolir, segundo Dussel, mais que uma unidade ontológica se constitui como um paradigma com nome concreto: *o mito eurocêntrico da modernidade*, mito que surge com o “descobrimento” da América e que impera desde então. Implica na falácia desenvolvimentista, segundo a qual todos os povos da terra deverão seguir as etapas do desenvolvimento marcadas pela Europa, e o projeto da modernidade como objetivo ao que deveria chegar todo grupo humano como condição de qualquer cultura e tempo da história (ESPINOSA, 2016).

O projeto da modernidade formulado como tal pelos filósofos do iluminismo no séc. XVIII, baseia-se no desenvolvimento de uma ciência objetiva, uma moral universal e uma lei autônoma, regulamentadas por lógicas próprias (HABERMAS, 1989, apud LANDER, 2000). Com a colonização ibérica, fundaram-se dois processos articulados que compõe a história posterior: a modernidade e a organização colonial do mundo, e, simultaneamente, a constituição colonial dos saberes, das linguagens, dos corpos e imaginários. Assim, a modernidade mais que um mero período histórico, constitui uma retórica (no sentido original do discurso de persuasão), que consiste em celebrar e desejar

as conquistas das pessoas, instituições, línguas e lugares que se autodefinem e posicionam no presente e no centro de uma evolução planetária da humanidade (MIGNOLO, 2014).

Para Grüner (2014), um dos elementos atrativos da modernidade foi sua promessa de emancipação e autorrealização, que se constitui, claro, em promessa não cumprida (apesar de seguir vigente), já que não se trata simplesmente de um projeto inconcluso, mas justamente um que não podia encontrar sua conclusão dentro do capitalismo. Seguindo as colocações do mesmo autor, os povos, sociedades e culturas colonizadas a partir de 1492 não são mais uma *exterioridade* da modernidade ocidental, mas esta “mesma se constitui como tal mediante sua incorporação violenta e genocida/etnocida” (GRÜNER, 2010, p.82). Ou seja, o que entendemos por modernidade é a versão eurocêntrica da história dos últimos 500 anos, emergindo, mas com o marco fundante do capitalismo - e do sistema moderno colonial de gênero, acrescentaria María Lugones (2008) - tal como o conhecemos, e da “mão” inseparável da colonialidade, como uma unidade de duas faces: não pode existir modernidade sem colonialidade, sendo esta, sua face oculta, “seu irmão gêmeo escondido no sótão” (MIGNOLO, 2014, p. 9). Dessa forma, conceitua-se a modernidade/colonialidade, onde a barra “/” une, ao mesmo tempo que separa uma da outra. Logo, enquanto a retórica da modernidade anuncia a salvação, progresso, civilização, desenvolvimento, a implementação da ação das ideias que esta retórica promove conduz para a exploração, racismo, desigualdade, desapropriação, injustiça (MIGNOLO, 2014).

Aníbal Quijano (1988), por sua vez, contribui para a discussão -muitíssimo, nesse aspecto particular- com a ideia de que a América Latina não somente ocupa um lugar fundamental no processo de produção da modernidade a partir da conquista, mas também na etapa de cristalização da modernidade durante o século XVIII, no movimento da Ilustração/Iluminismo, no qual não foi somente receptora, mas parte do universo onde se produzia e desenvolvia. Além disso, apresenta a distinção entre modernidade e modernização no continente, que permite observar o problema do desenvolvimento de uma modernização fragmentada mediante ritmos temporais síncronos (ANSALDI, 1998). Segundo ele, a América Latina é, por um lado, vítima passiva-tardia da modernização, porém, participante ativa no processo produtor da modernidade:

A vitória da instrumentalização¹⁴ a serviço da dominação foi (...) uma profunda derrota da América Latina, pois por sua própria situação colonial, a produção de racionalidade moderna esteve aqui associada, sobretudo, às promessas libertadoras da modernidade (...) a América Latina não voltaria a encontrar a modernidade, a não ser sob a ótica da modernização (QUIJANO, 1988, p.54).

¹⁴ Triunfo da razão instrumental sobre a razão libertadora.

Pode-se dizer que os complexos processos de formação dos estados nacionais na América Latina como produto das guerras independentistas e a confluência de outros fatores têm sua origem na gestação do modo de produção capitalista e dos processos de desenvolvimento da modernidade/colonialidade. Podem-se ler estes processos como “(...) o mais completo exemplo do que implica “modernização” bem-sucedida na América Latina, (...) a passagem do Estado Oligárquico para o Estado Modernizado” (QUIJANO, 1988, p.18). A respeito disso, as elites crioulas que construíram os estados-nação na América Latina não conseguiram-nem-procuraram ver, as diferenças que constituíam o povo habitante dos territórios que administravam (mestiços, indígenas, afrodescendentes escravizados, mulheres, entre outros/as sujeitos/as subalternizados/as) assim, os resultados deficientes do projeto republicano são o resultado das elites crioulas que os projetaram, com articulações que permitiram sua apropriação, privatização, mediante governos que não conseguiram romper o pacto Estado-Capital, e “que não abdicaram do sonho de inserção de suas respectivas nações no mercado global, apesar dos muitos contratempos que a história de nossas nações já sofreram por causa desta ilusão desenvolvimentista” (SEGATO, 2015, p.19).

Em síntese, a centralidade da América Latina na formação do mundo moderno e do projeto da modernidade é fundamental e fundante, pois, no momento em que se inicia o processo de conquista e a colonização, paralelamente, o patriarcado se intensifica, se aprofunda e se fortalece, e o capitalismo e a modernidade começam a florescer, ou seja, nem a modernidade e seu projeto, nem a economia mundial capitalista teriam tido lugar sem a América.

Hoje, em um contexto no qual os ideais e falsas promessas de modernidade continuam existindo e sendo um horizonte político para a esquerda e alguns movimentos sociais, o projeto decolonial como proposta epistemológica radical geograficamente situada, reconhece a diferença/ferida colonial e se ergue como um espaço de transformação subversiva que provém das e dos sujeitos negados por este modelo, partindo dos espaços de dominação nos quais o lado escuro da modernidade ganhou mais força (GÓMEZ, 2014). Neste aspecto, para reconhecer e transformar a realidade da *alteridade*, e das mulheres subalternizadas da América Latina, é necessário um diálogo de mão dupla entre o feminismo e a decolonialidade, abordando as inseparáveis estruturas de dominação que nos interpelam.

ALGUMAS REFLEXÕES FINAIS

Ao longo da minha argumentação, minha intensão foi apresentar uma análise crítica e situada em torno de três grandes eixos de debate do olhar e do papel da América Latina. Meu objetivo era poder ler estas questões e processos histórico-sociais apresentando uma visão sustentada nas contribuições da decolonialidade e do feminismo decolonial latino-americano, com o objetivo de poder gerar conhecimentos transformadores das realidades de opressão de raça, gênero e classe. Desse modo, exponho em um primeiro momento como a acumulação primária do capital precisou e usou a América Latina como base econômica no momento de integrá-la à era capitalista, através da colonização. Os fatores não somente recaem sobre o saqueio de ouro e prata e a formação do mercado mundial, mas principalmente no extermínio de indígenas originários, e sua escravização e também dos africanos, a constituição da categoria raça e a exploração das mulheres e, assim, se gestou a constituição de um sistema de dominação articulado de potência planetária. Além disso, abordo a controversa discussão latino-americana desenvolvida por uma série de notáveis teóricos, em torno do caráter de feudalismo-capitalismo do continente. Mesmo que este debate seja um marco essencial para as ciências sociais da América Latina, seu enquadramento de observação estava majoritariamente restrito ao âmbito econômico, na visão, linear e de progresso crescente, e na transferência de categorias analíticas eurocêntricas, que não são capazes de explicar a complexidade e a particularidade do caso latino-americano, marcado pela ferida colonial, e arena articuladora do capitalismo, colonialismo e patriarcado. Finalmente, analiso a modernidade e seu projeto como a promessa não cumprida, e como a América Latina foi necessária para a formação desta, através da colonialidade, como seu lado escuro e inseparável.

Uma das questões centrais que se pode desprender do analisado, é a forte herança do pensamento marxista, seus conceitos e categorizações. Isso se traduz em uma primazia da visão econômica e da dimensão de classe na produção científica latino-americana e nos movimentos sociais de esquerda, o que constitui uma leitura fragmentada da opressão. Por esse caminho, as análises feministas e de gênero foram criticadas constantemente, pois: “a luta de classes vem primeiro”, assim como também foram criticadas as leituras de raça, surgindo e se repetindo o questionamento de “por que raça e não classe?”. Nesse aspecto, e seguindo Rita Segato (2015), a resposta decolonial é:

(...) somente a raça remete-se ao horizonte que habitamos, marcado pelo evento fundador da Conquista, e permite reconstruir o fio das memórias obstruídas pelas múltiplas censuras da colonialidade, enquanto a classe elimina esse horizonte, esconde-o e até o rejeita,

induzindo assim ao esquecimento de quem somos e à ignorância dos rios de sangue que mancham o chão que pisamos até hoje, conduzindo-nos ao erro de que é possível pensar da mesma forma do Norte ao Sul (SEGATO, 2015, p. 18).

Apresenta-se uma predominância de análises de classe sobre a raça e o gênero, e uma reiterada negação de alguns pensadores ditos marxistas de incorporar uma leitura não fragmentada das opressões. Assim como a raça, o gênero foi reduzido a espaços exclusivamente dedicados a seu estudo, ou feministas através de uma leitura branca-burguesa, e, quando é incorporado, atua como mais uma categoria/variável. É fundamental levar adiante a tarefa de reivindicar o trabalho e contribuições fundamentais das feministas latino-americanas e decoloniais, que continuam situadas em uma subalternidade epistemológica, inclusive dentro dos espaços decoloniais, como já foi reconhecido por teóricos como Arturo Escobar (2003). Pensadoras como Yuderkys Espinosa, María Lugones, Ochy Curiel, Breny Mendoza, Carmen Cariño, Karina Ochoa, Karina Bidaseca e Rita Segato, são essenciais na tarefa da construção de um pensamento feminista decolonial, aquele que manifesta entender que tanto a raça quanto o gênero são constitutivos da episteme moderna colonial -não simples eixos de diferenças-, mas diferenças produzidas pelo colonialismo (CURIEL, 2014). Assim, para ler nossos próprios processos latino-americanos, é essencial revelar nosso lugar de fala e gerar conhecimento situado na teoria e na prática.

A essas leituras, é relevante destacar a importância das temporalidades como plano de fundo para enriquecer as análises da América Latina e suas complexas transformações histórico-sociais, questionando diretamente a linearidade e o progresso desde a perspectiva eurocêntrica. Isto porque coexistem tempos diferentes ao longo da história do continente, o que define uma temporalidade distinta e específica, que não se expressa igualmente em cada sociedade latino-americana (ANSALDI, 1998). Ou seja, “(...) os tempos mistos, a temporalidade específica da América Latina, questionam a visão unilateral e unidirecional do desenvolvimento histórico, tal como foi elaborada pelo racionalismo euro-norte-americano” (ANSALDI, 1998, p. 6). Juntamente à atenção dada para estas temporalidades mistas das culturas e sociedades latino-americanas, é necessário o resgate das múltiplas identidades da *diversidade*, aquelas identidades subalternizadas pelas co-constituições das opressões (LUGONES, 2012).

Finalmente, quero encerrar com a ideia de que continuar na leitura desses processos fundamentais partindo de concepções eurocêntricas, androcêntricas, teleológicas sustentadas na crença linear e evolucionista do tempo e da história, no pensamento branco

ocidental que permeia a academia latino-americana, o epistemicídio dos saberes e a violência epistêmica (SPIVAK, 2009), a colonialidade discursiva (MOHANTY, 2008), o racismo de gênero (ESPINOSA, 2013) e a colonialidade do poder/saber/gênero, somente nos dará “respostas” fragmentadas da realidade complexa que habitamos, e subservientes às pretensões do poder hegemônico, que preserva a si mesmo através do *continuum* de subordinação de mulheres, indígenas, afrodescendentes, pobres, de diversidade sexual, o cruzamento inseparável destas opressões, e o saqueio e a destruição do planeta e suas espécies. Para poder gerar melhores respostas aos dilemas e debates do passado tendo como ponto de partida a intencionalidade de criar, pressionar e contribuir como latino-americanos, temos que saber que a sociedade que queremos construir está em jogo, para isso precisamos ler nossa história-passado com capacidade ver as rupturas e as continuidades, e que essas leituras não fiquem em uma teoria crítica sem capacidade de ação. Pois, tal como argumenta Espinosa (2013), chegou o momento de uma desobediência epistêmica que derrube de uma vez a estrutura de compreensão do mundo, tal como foi produzido e imposto através da colonialidade/modernidade ocidental. Chegou o momento de se produzir conhecimento que seja transformador das realidades de opressão de gênero racializada e capitalista -entendida como a colonialidade de gênero¹⁵-, e entendendo essa possibilidade e a possibilidade de vencê-la, como feminismo decolonial.

REFERÊNCIAS

ANSALDI, W. **La temporalidad mixta de América Latina, una expresión de multiculturalismo**. Disponível em <www.catedras.fsoc.uba.ar/udishal> Unidade de Docência e Investigações Sócio-Históricas da América Latina (UDISHAL).

BAGÚ, S. **Economía de la sociedad colonial**: Ensayo de historia comparada de América Latina. Buenos Aires: El Ateneo, 1952.

BAUTISTA, S, J, J. **Colonialidad y racialización eurocéntrica del capitalismo. La acumulación pre-originaria como fundamento de la Colonialidad moderna**”. **Cuadernos de Formación y Participación Política (CFPP)**, Editada por Polo Ciudadano. Panamá, número especial. 2018.

CASTRO, G, S. **La poscolonialidad explicada a los niños**. Colombia: Editorial Universidad del Cauca; Instituto Pensar, Universidad Javeriana, p. 42-64, 2005.

¹⁵ Conceito criado em 2008 pela filósofa feminista argentina María Lugones.

CARNEIRO S. **Enegrecer o feminismo**. Seminário Internacional sobre Racismo, Xenofobia e Gênero. Lola Press. Sul da África: Durban, 2001.

CHUST, M. **De Revoluciones, Guerra Fría y muros historiográficos: acerca de la obra de Manfred Kossok**. España: Prensas de la Universidad de Zaragoza, 2017.

CUEVA, A. El uso del concepto de modo de producción en América Latina: algunos problemas teóricos. Clásico de Ola financiera, en Historia y Sociedad **Revista Latinoamericana de Pensamiento Marxista**, México, nº 5. 1975.

CURIEL, O. **Construyendo metodologías feministas desde el feminismo decolonial**. Palestra proferida nas Jornadas de Metodologias Feministas. , 19 e 20 de junho, 2014. HEGOA-Universidad País Vasco.

ESCOBAR, A. Mundos y conocimientos de otro modo. El programa de investigación modernidad/colonialidad latinoamericano. **Tabula Rasa**, nº 51, Colombia: Bogotá, 2003.

ESPINOSA, Y. Una crítica descolonial a la epistemología feminista crítica. **Revista El Cotidiano** Nº 184, p. 7-12, 2013. Disponível em: <<http://www.elcotidianoenlinea.com.mx/pdf/18402.pdf>>

ESPINOSA, Y. (2016). De por qué es necesario un feminismo descolonial: diferenciación, dominación co-constitutiva de la modernidad occidental y el fin de la política de identidad. Publicado em: **Solar**, ano 12, vol.12, 2016.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

GÓMEZ, D. Feminismo y modernidad/colonialidad: entre retos de mundos posibles y otras palabras. **Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en AbyaYala**. Editoras: Yuderkys Espinosa Miñoso, Diana Gómez Correal, Karina Ochoa Muñoz. Popayán: Editorial Universitaria del Cauca. 2014.

GROSFOGUEL, R. Del imperialismo de Lenin al imperio de Hardt y Negri: «Fases superiores» del eurocentrismo. **Universitas Humanística** 65, Colombia: Bogotá, p.14-26; 2008.

GRÜNER, E. La “otra” modernidad. La revolución haitiana: una rebelión (también) “filosófica”. **Espaços**. Bicentenário. 2010.

GRÜNER, E. **La acumulación Originaria. La crítica de razón colonial y la esclavitud moderna** (1ª. parte). Universidade de Buenos Aires. 2014.

GRÜNER, E. La “acumulación originaria”, la crítica de la razón colonial y la esclavitud moderna (2º parte). **Hic Rhodus. Crisis capitalista, polémica y controversias**, n° 9, p.79-91, 2015. Disponível em: <<http://publicaciones.sociales.uba.ar/index.php/hicrhodus/article/view/1451/1329>>.

GUARDIA, A. Feudalismo o capitalismo en la historia colonial de América Latina. **Araucaria de Chile**, n° 4, 1978.

KOSSOK, M. Feudalismo y capitalismo en la historia colonial de América. **Realidad Económica** n°108, 1992. Cidade Autônoma de Buenos Aires.

LANDER, E. Ciencias sociales: saberes coloniales y eurocéntricos. **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2000.

LUGONES, M. Colonialidad y género. **Tabula Rasa**, n° 9, p. 73-101, 2008.

LUGONES, M. Subjetividad esclava, colonialidad de género, marginalidad y opresiones múltiples. **Pensando los feminismos en Bolivia**. Conexión Fondo de Emancipaciones, Serie Foros 2. Bolívia: La Paz, 2012.

MARX, K. **O Capital**. Vol. 2. 3ª edição, São Paulo, Nova Cultural, 1988.

MIGNOLO, W. La idea de América Latina (la derecha, la izquierda y la opción decolonial). **Crítica e Emancipação** 2, p. 251-276, 2009.

MIGNOLO, W. **Desobediencia epistémica. Retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad**. 2ª ed. Cidade Autônoma de Buenos Aires. Del Signo. 2014.

OSORIO, J. Elementos para una construcción teórica sobre América Latina. **Argumentos**, México, vol. 21, n° 58. 2008.

PAZ, MIÑO C, JUAN, J. Marx a 200 años. La acumulación originaria en América Latina. **Firmas Selectas de Prensa Latina**. Quito. 2018.

QUIJANO, A. **Modernidad, identidad y utopía en América Latina**. Sociedad Política Ediciones, Perú: Lima, 1988.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, E. (ORG.) **La Colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires, CLACSO. 2000.

SEGATO, R. **La crítica a la colonialidad en ocho ensayos, y una antropología por demanda**. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Prometeo Libros. 2015.

TZEIMAN, A. “Feudalismo vs. Capitalismo”, un debate idealista: del modo de producción a la formación económico-social. **Revista eletrônica de estudos latino-americanos, e-latina** Vol. 11, nº 43, abril-julho, p. 57-69, 2013.

Recebido em: 14 jul. 2021

Aceito em: 21 jan. 2022